



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa n.º 16/147 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
1º de abril de 2016

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui o terceiro processo de monitorização pós-programa com Portugal

Em 30 de março de 2016, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu o terceiro processo de monitorização pós-programa com Portugal¹.

Condições macroeconómicas altamente acomodáticas geraram um crescimento apenas modesto diante dos impedimentos estruturais remanescentes. Em 2015, as baixas taxas de juro, a debilidade do euro e os baixos preços do petróleo — destacados em relatórios anteriores do corpo técnico— de modo geral permaneceram, permitindo que o crescimento chegasse a 1,5%. Como a recuperação impulsionada pelo consumo está a perder o seu ímpeto, porém, o PIB deve crescer apenas 1,4% neste ano e moderar-se, recuando para 1,2% no médio prazo.

Ao que parece, Portugal não alcançou a meta do défice orçamental de 2015 e deve permanecer no Procedimento de Défices Excessivos da União Europeia (eu). O corpo técnico estima um défice de 4,4% do PIB para o ano inteiro, em comparação com a meta do orçamento de 2,7%, o que implica uma flexibilização de 0,5% do PIB em termos do saldo primário estrutural. O défice superou o planeado no orçamento apesar das poupanças superiores ao esperado nas despesas sociais e com juros (reflexo da queda do desemprego), pois as receitas ficaram bem abaixo das ambiciosas metas das autoridades.

O sistema bancário vê-se prejudicado pela baixa rentabilidade e fraca qualidade dos ativos, tendo necessitado de apoio público recentemente, em dezembro de 2015. Ao mesmo tempo, o stock de dívida das empresas de Portugal continua a ser um dos maiores na UE, o que impede a alocação de crédito para novos setores produtivos da economia. Do lado estrutural, as mudanças de política — já executadas ou em estudo — implicam, pelo menos, uma reversão parcial das medidas estruturais adotadas durante o programa apoiado pelo Fundo.

¹ O objetivo central da monitorização pós-programa é proporcionar a monitorização mais estreita das políticas dos países membros que tenham montantes substanciais em dívida com o FMI após a expiração dos seus acordos. No âmbito deste processo, os países membros mantêm consultas formais com o FMI com mais frequência do que no caso da supervisão, com atenção especial para as políticas de natureza macroeconómica e estrutural que tenham influência sobre a viabilidade externa.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os diretores executivos louvaram a bem-sucedida estabilização da economia portuguesa no âmbito do programa apoiado pelo Fundo, que abriu caminho para a recuperação em curso e para uma queda no desemprego. Notaram, porém, que desafios consideráveis ainda persistem, sobretudo os decorrentes do elevado nível das dívidas pública e empresarial, impedimentos estruturais não resolvidos, a necessidade de elevar o potencial de crescimento subjacente e a conjuntura mundial incerta. Os diretores executivos incentivaram as autoridades a tirar proveito dos avanços obtidos até então e continuar a adotar políticas e reformas prudentes para garantir a sustentabilidade das finanças públicas, manter a confiança dos mercados, solucionar as vulnerabilidades do setor financeiro e aumentar a competitividade e o crescimento potencial.

Os diretores acolheram o compromisso das autoridades com a sustentabilidade orçamental e da dívida e incentivaram o governo a dar seguimento ao processo de ajustamento e, ao mesmo tempo, apoiar a recuperação. Para proteger-se contra os riscos orçamentais e manter a confiança dos mercados, destacaram a importância de formular planos de contingência visando o cumprimento das metas do orçamento de 2016, racionalizando os gastos públicos para conter as pressões da massa salarial e das pensões, e mantendo as margens de manobra orçamental.

Os diretores observaram que, embora o sistema bancário de Portugal tenha evoluído, mais esforços são necessários para fortalecer os balanços dos bancos. Incentivaram as autoridades a tirar partido das medidas anteriores para melhorar a rentabilidade da banca, a qualidade dos ativos e a governação. Para manter a confiança no setor financeiro, será preciso manter a vigilância, reforçar as margens de manobra orçamental e aumentar a transparência com respeito às operações do setor financeiro. Os diretores recomendaram uma estratégia mais abrangente para enfrentar a questão do crédito mal parado, além de uma abordagem ambiciosa para a resolução da dívida das empresas, observando que o sobre-endividamento trava o potencial de crescimento da economia.

Os diretores executivos realçaram que o avanço continuado nas reformas estruturais é crucial para reforçar as perspectivas de crescimento no médio prazo, o emprego e o rendimento. Incentivaram as autoridades a continuar a avançar nas reformas do mercado de trabalho e da administração pública, além de evitar a impressão de reversão das complexas reformas recentes, de modo a manter a confiança dos investidores e aumentar o potencial de crescimento da economia.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos diretores executivos, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

Portugal: Principais Indicadores Económicos, 2014–17
(Taxa de variação homóloga, salvo indicação em contrário)

	2014	Est.		Projeções	
		2015	2016	2017	2017
PIB real	0,9	1,5	1,4	1,3	
Consumo privado	2,2	2,6	1,5	1,3	
Consumo público	-0,5	0,8	0,0	0,5	
Formação bruta de capital fixo	2,8	3,7	3,0	2,5	
Exportações	3,9	5,1	4,2	4,3	
Importações	7,2	7,3	4,0	4,5	
Contributos para o crescimento (pontos percentuais)					
Procura interna total	2,2	2,5	1,5	1,4	
Saldo externo	-1,3	-1,0	0,0	-0,2	
Uso dos recursos					
Emprego	1,6	1,1	1,0	0,5	
Taxa de desemprego (percentagem)	13,9	12,4	11,6	11,1	
Preços					
Deflator do PIB	1,0	1,9	1,5	1,4	
Preços no consumidor (índice harmonizado)	-0,2	0,5	0,7	1,2	
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)					
Crédito ao setor privado	-8,0	-4,1	0,3	0,6	
Moeda em sentido lato	-0,9	3,9	2,4	2,2	
Indicadores orçamentais (percentagem do PIB)					
Saldo das administrações públicas ¹	-7,2	-4,4	-2,9	-2,9	
Saldo primário da administração central	-2,3	0,3	1,7	1,6	
Saldo primário estrutural (percentagem do PIB potencial)	3,5	3,0	2,5	2,0	
Dívida pública	130,2	128,8	127,9	127,3	
Balança corrente (percentagem do PIB)	0,1	0,5	0,9	0,4	
PIB nominal (mil milhões de euros)	173,4	179,4	184,6	189,6	

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE, Eurostat e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em 2014, medidas pontuais de operações de apoio ao SEE e ao setor bancário, crédito do IRC e custos iniciais de acordos mútuos representaram 3,7% do PIB. Em 2015, o custo orçamental da resolução do Banif montou a 1,2% do PIB.